PORTARIA Nº 03/2026

Regulamenta o funcionamento da Unidade Central do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Piau, dispõe sobre sua integração com as unidades executoras e designa, em caráter excepcional, a Controladora Interna como responsável pela Ouvidoria.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno e a legislação aplicável,

CONSIDERANDO a obrigação constitucional de manutenção de sistema de controle interno por cada Poder, nos termos dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição da República;

CONSIDERANDO, ainda, a Lei Municipal nº 228, de 26 de janeiro de 2017, especialmente os arts. 1º, 3º, 5º e 6º, que institui o Sistema de Controle Interno no Município, reconhece sua atuação nos Poderes Executivo e Legislativo e prevê a formalização, por portaria, das normas, dos métodos e das informações necessários ao seu funcionamento integrado;

CONSIDERANDO, ainda, a Resolução nº 155/2025 da Câmara Municipal de Piau, que alterou a Resolução nº 29/2011, criou o cargo efetivo de Controlador Interno, definiu suas atribuições e autorizou a designação de servidor efetivo e estável que preencha os requisitos legais;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 05/2025, que designou a servidora efetiva e estável Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira para o exercício das funções de Controlador Interno;

CONSIDERANDO, ainda, a atribuição do Controlador Interno de normatizar, sistematizar e padronizar suas rotinas de trabalho mediante manuais, instruções normativas e fluxogramas, bem como de avaliar controles, realizar auditorias, emitir recomendações e apoiar o controle externo;

CONSIDERANDO, ainda, os arts. 9º a 17 da Lei Federal nº 13.460/2017, que disciplinam o recebimento, a análise, o encaminhamento e a resposta às manifestações dos usuários e determinam regulamentação específica da organização e do funcionamento das ouvidorias;

CONSIDERANDO, ainda, a estrutura administrativa reduzida da Câmara Municipal de Piau e a necessidade de assegurar canal institucional de participação, sem afastar a independência técnica, a segregação de funções, os impedimentos e a proteção da identidade do manifestante;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de formalizar a estrutura funcional e o plano de implantação da UCCI como instrumentos integrantes desta regulamentação, com definição de responsabilidades, salvaguardas, etapas, prazos e evidências;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Portaria regulamenta o funcionamento da Unidade Central do Sistema de Controle Interno - UCCI da Câmara Municipal de Piau, organiza sua atuação em estrutura unipessoal e disciplina sua integração com as unidades administrativas executoras do Sistema de Controle Interno.

§ 1º A UCCI constitui a unidade central de coordenação, orientação, avaliação, auditoria e monitoramento do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo, observado o disposto na Lei Municipal nº 228/2017 e na Resolução nº 155/2025.

§ 2º Esta Portaria não cria cargo, vantagem, gratificação ou nova unidade administrativa, nem altera competências fixadas em lei ou resolução, limitando-se à regulamentação operacional dos instrumentos já instituídos.

§ 3º Integram esta Portaria, para todos os fins de organização, execução, acompanhamento e comprovação institucional:

I - a Proposta de Estrutura Funcional da UCCI, constante do Anexo I;

II - o Plano de Implantação e Estruturação da UCCI, constante do Anexo II.

Art. 2º. O Sistema de Controle Interno da Câmara compreende a UCCI e todas as unidades administrativas, agentes e responsáveis por processos, cabendo a cada unidade executar, documentar e aperfeiçoar os controles internos inerentes às suas atribuições.

Parágrafo único. A atuação da UCCI não substitui a responsabilidade administrativa, financeira, contábil, patrimonial, contratual ou funcional dos agentes competentes, nem importa cogestão, autorização prévia universal ou execução dos atos que serão posteriormente avaliados.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DAS GARANTIAS DA UCCI

Art. 3º. A UCCI vincula-se diretamente à Presidência para fins administrativos e institucionais, preservada a independência técnica da Controladora Interna na definição de escopos, procedimentos, testes, conclusões, recomendações e comunicações.

Art. 4º. A UCCI funcionará, enquanto compatível com o volume, a complexidade e os riscos das atividades da Câmara, em estrutura unipessoal, sob responsabilidade da servidora efetiva e estável Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira, designada pela Portaria nº 05/2025.

§ 1º A suficiência da estrutura será avaliada anualmente pela Presidência, com manifestação técnica da UCCI, considerando a execução do plano anual, o volume de processos, os riscos, as recomendações pendentes, as demandas extraordinárias e as acumulações autorizadas.

§ 2º Quando a matéria exigir conhecimento especializado não disponível internamente, a Presidência poderá assegurar apoio técnico, sem transferência da competência decisória ou comprometimento da independência da UCCI.

Art. 5º. São garantias necessárias ao funcionamento da UCCI:

I - acesso tempestivo e irrestrito, ressalvadas as limitações legais, a processos, documentos, sistemas, registros, bancos de dados e dependências necessários ao trabalho;

II - comunicação direta com a Presidência, a Mesa Diretora, o Plenário e os órgãos de controle externo, nos limites de suas competências;

III - autonomia técnica para registrar achados, conclusões e recomendações;

IV - condições materiais, recursos tecnológicos, capacitação e tempo de trabalho compatíveis;

V - proteção contra interferências indevidas, retaliações e restrições injustificadas de acesso.

Art. 6º. As unidades administrativas deverão fornecer à UCCI as informações e os documentos solicitados no prazo fixado, informar riscos e irregularidades relevantes e manter evidências da execução dos respectivos controles.

Parágrafo único. A negativa, o atraso ou a limitação de acesso deverá ser formalmente justificada e será comunicada à Presidência, sem prejuízo das medidas cabíveis.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO E DOS TRABALHOS DA UCCI

Art. 7º. A UCCI elaborará, até 30 de novembro de cada ano, planejamento anual para o exercício seguinte, baseado em risco, materialidade, relevância e criticidade, compatível com sua capacidade operacional e com as prioridades institucionais.

§ 1º O planejamento identificará os objetos, os objetivos, os períodos estimados, os recursos necessários e os produtos esperados.

§ 2º A existência do planejamento não impede verificações, inspeções ou auditorias extraordinárias diante de denúncia, indício de ilegalidade, risco de dano, determinação de autoridade competente ou fato superveniente relevante.

Art. 8º. Os trabalhos da UCCI observarão, conforme a natureza do objeto, planejamento, definição de escopo e critérios, coleta de evidências suficientes e adequadas, manifestação da unidade examinada, conclusão, recomendação e monitoramento.

Parágrafo único. Os papéis de trabalho e relatórios serão numerados, datados, protegidos contra alteração indevida e arquivados em arquivo físico ou eletrônico.

Art. 9º. As recomendações indicarão o fato identificado, o critério aplicável, o risco ou efeito, a medida recomendada, o responsável e o prazo, cabendo à unidade executora apresentar providências e evidências de implementação.

Art. 10. A Controladora Interna declarará impedimento sempre que tenha participado da execução do ato examinado, possua interesse pessoal, esteja envolvida na matéria ou exista circunstância capaz de comprometer sua imparcialidade.

Parágrafo único. Reconhecido o impedimento, a Presidência definirá solução específica, podendo solicitar apoio técnico independente ou encaminhar a matéria ao órgão competente, vedada a autorrevisão.

CAPÍTULO IV DA OUVIDORIA

Art. 11. A Ouvidoria da Câmara Municipal de Piau constitui canal institucional de participação e defesa dos direitos dos usuários, destinado ao recebimento e tratamento de reclamações, denúncias, sugestões, elogios, solicitações e demais manifestações relativas aos serviços e à atuação dos agentes públicos da Câmara.

Parágrafo único. A Ouvidoria não substitui o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, os recursos da Lei de Acesso à Informação, a atividade correcional, a apuração disciplinar, a investigação, a auditoria interna ou as competências da Mesa Diretora e da Presidência.

Art. 12. Compete à Ouvidoria:

I - receber, registrar, classificar e emitir comprovante das manifestações;

II - analisar o conteúdo e solicitar complementação quando indispensável, sem impor exigências que inviabilizem a manifestação;

III - encaminhar a manifestação à autoridade ou unidade competente, preservando os dados pessoais e o sigilo legal;

IV - acompanhar os prazos e a efetiva conclusão;

V - encaminhar a decisão administrativa final ao usuário;

VI - propor aperfeiçoamentos nos serviços e nos canais de atendimento;

VII - elaborar relatório anual de gestão, com dados agregados, causas recorrentes, providências e sugestões de melhoria;

VIII - manter registro e trilha documental próprios, separados dos processos de controle interno e auditoria.

Art. 13. As manifestações serão recebidas por meio eletrônico, correspondência, atendimento presencial ou verbal reduzido a termo, sem prejuízo de outros canais oficialmente divulgados.

§ 1º Nenhuma manifestação formulada nos termos legais poderá ser recusada.

§ 2º A identificação do manifestante constitui informação pessoal protegida, com acesso restrito, observadas a Lei Federal nº 12.527/2011 e a Lei Federal nº 13.709/2018.

§ 3º As denúncias anônimas poderão ser recebidas como comunicação de irregularidade e encaminhadas para análise preliminar quando contiverem elementos mínimos de materialidade e autoria, sem gerar direito de acompanhamento pelo comunicante não identificado.

Art. 14. Fica designada a servidora Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira, Controladora Interna, para responder cumulativamente pela Ouvidoria da Câmara Municipal de Piau, em caráter excepcional, considerando a limitação da estrutura administrativa ou até ulterior designação.

§ 1º A designação prevista no caput não gera nova gratificação, vantagem ou acréscimo remuneratório, sem prejuízo da remuneração e da gratificação legalmente vinculadas ao exercício do Controle Interno.

§ 2º As atividades da Ouvidoria deverão ser registradas em protocolo, pasta, numeração, relatório e controle de acesso próprios, distintos daqueles utilizados pela UCCI em auditorias e avaliações.

§ 3º A responsável pela Ouvidoria atuará no recebimento, na análise formal, no encaminhamento, no acompanhamento e na comunicação da resposta, não lhe competindo instaurar ou conduzir sindicância, processo administrativo disciplinar, tomada de contas especial ou procedimento correcional, nem aplicar penalidades.

Art. 15. A acumulação de que trata o art. 14 observará as seguintes salvaguardas:

I - manifestação que envolva ato da própria Controladora, da UCCI ou atividade por ela executada será encaminhada, sem análise de mérito, à Presidência;

II - manifestação que envolva o Presidente da Câmara será encaminhada à Mesa Diretora, com exclusão do agente eventualmente envolvido e observância do Regimento Interno;

III - quando houver conflito de interesses, interesse pessoal, participação anterior ou risco à imparcialidade, a responsável declarará impedimento e se absterá de acessar ou tratar o mérito;

IV - a Controladora não realizará auditoria destinada a certificar a regularidade dos atos de Ouvidoria por ela própria praticados;

V - a avaliação independente dos controles da Ouvidoria será atribuída pela Presidência a agente sem impedimento, apoio técnico específico ou órgão de controle competente;

VI - a manifestação será encaminhada à autoridade competente para apuração, decisão e adoção de providências, vedada a concentração das funções de receber, investigar, instruir, julgar e auditar o mesmo fato.

Art. 16. A Ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário no prazo de até 30 dias, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa expressa.

Parágrafo único. As unidades e os agentes da Câmara responderão às solicitações de informações e esclarecimentos da Ouvidoria no prazo de até 20 dias, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa.

Art. 17. O relatório anual da Ouvidoria será elaborado separadamente do Relatório Anual de Controle Interno, encaminhado à Presidência e disponibilizado no sítio eletrônico da Câmara, resguardadas as informações pessoais, sigilosas e protegidas.

CAPÍTULO V DOS IMPEDIMENTOS E DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Art. 18. É vedado à Controladora Interna:

I - autorizar despesas, realizar compras, efetuar pagamentos, executar lançamentos contábeis, gerir patrimônio, elaborar folha ou praticar outros atos que posteriormente deva controlar;

II - exercer, no mesmo caso, as funções de Ouvidora, investigadora, instrutora, autoridade correcional, julgadora e auditora;

III - utilizar informações protegidas obtidas na Ouvidoria para finalidade incompatível com o tratamento da manifestação;

IV - revelar a identidade do manifestante fora das hipóteses legais;

V - retardar, omitir, alterar ou direcionar indevidamente o tratamento de manifestação.

Art. 19. A Presidência avaliará, no mínimo anualmente, a compatibilidade da acumulação, a carga de trabalho, os riscos à independência e a possibilidade de designação de responsável distinto para a Ouvidoria.

Parágrafo único. Identificado comprometimento da independência, insuficiência de capacidade, conflito recorrente ou prejuízo ao planejamento da UCCI, a Presidência providenciará a separação das funções.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A UCCI poderá propor instruções normativas, orientações técnicas, manuais, fluxogramas, matrizes, checklists e papéis de trabalho necessários à padronização das rotinas, submetendo à autoridade competente somente aqueles que imponham obrigações a outras unidades ou alterem procedimentos administrativos gerais.

Art. 21. Ficam aprovados a Proposta de Estrutura Funcional da UCCI e o Plano de Implantação e Estruturação da UCCI, que constituem, respectivamente, os Anexos I e II desta Portaria e deverão orientar a organização, a execução, o acompanhamento e a comprovação da implantação do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Piau.

Art. 22. Os casos omissos serão decididos pela Presidência, mediante manifestação da UCCI e, quando necessário, da Assessoria Jurídica, observadas a Lei Municipal nº 228/2017, a Resolução nº 155/2025, a Lei Federal nº 13.460/2017 e as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Piau/MG, 19 de Janeiro de 2026.

Emiliano Resende de Carvalho.

Emiliano Resende Carvalho
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU

Adriana Viana de Souza

Adriana Viana de Souza
1ª SECRETÁRIA

TERMO DE CIÊNCIA E ACEITE DA DESIGNAÇÃO

Declaro ciência da designação e das salvaguardas, impedimentos, deveres de sigilo, segregação de processos e limites de atuação estabelecidos nesta Portaria.

19 / 01 /2026.

ANA PAULA GOMES FERREIRA DE OLIVEIRA
Controladora Interna e responsável designada pela Ouvidoria

ANEXO I À PORTARIA Nº 03/2026

Proposta de Estrutura Funcional da UCCI Poder Legislativo de Piau - MG

Modelo unipessoal com Ouvidoria acumulada em caráter excepcional e salvaguardas de independência

Identificação	Definição
Base institucional	Lei Municipal nº 228/2017, Resolução nº 155/2025, Portaria nº 05/2025 e Portaria nº 03/2026
Responsável pela UCCI	Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira - servidora efetiva e estável
Vinculação	direta à Presidência para fins administrativos e institucionais
Modelo	UCCI unipessoal com independência técnica
Ouvidoria	responsabilidade acumulada excepcionalmente pela Controladora, com processos separados
Correição	Presidência, autoridade competente e comissões específicas

PIAU MG
2026

1 Objeto e conclusão

Esta Proposta de Estrutura Funcional, aprovada como Anexo I da Portaria nº 03/2026, estabelece para a Câmara Municipal de Piau uma UCCI unipessoal, diretamente vinculada à Presidência e tecnicamente independente, integrada às unidades executoras do Sistema de Controle Interno. A Ouvidoria será exercida cumulativamente pela Controladora em caráter excepcional, sem criação de nova unidade administrativa ou vantagem, e com segregação documental e funcional. A Correição não será concentrada na Controladora.

O desenho atende à Portaria regulamentadora porque distribui responsabilidades, impede autorrevisão, cria rotas para conflitos e preserva a responsabilidade das unidades administrativas pelos controles de primeira linha.

2 Desenho de governança

Nível	Componente	Papel institucional
Governança política	Plenário, Mesa Diretora e comissões permanentes	exercem competências legais e regimentais; recebem comunicações quando cabíveis
Direção administrative	Presidência	assegura recursos, acesso, apoio e decisões administrativas; designa soluções para impedimentos
Assessoramento jurídico	Assessoria Jurídica	presta consultoria e assessoramento jurídico à Presidência, à Mesa Diretora e às unidades competentes, preservada a independência técnica da UCCI
Avaliação independente	UCCI unipessoal	coordena, avalia, audita, recomenda e monitora com independência técnica
Participação social	Ouvidoria	canal próprio, exercido cumulativamente pela Controladora com registros e relatório separados
Responsabilização disciplinar	Autoridade competente e comissões	realizam admissibilidade, sindicância, PAD, instrução, julgamento e sanção
Primeira linha	Administração, compras, contabilidade, financeiro, pessoal, patrimônio e Secretaria Legislativa	executam e documentam os controles dos próprios processos

Plenário e comissões permanentes não são setores administrativos subordinados à Presidência. Integram a governança político-legislativa e se relacionam com a UCCI nos limites constitucionais, legais e regimentais.

3 Organograma institucional e functional

O organograma representa a vinculação institucional da UCCI à Presidência, a Assessoria Jurídica como órgão de consultoria e assessoramento, a acumulação excepcional da Ouvidoria pela Controladora e a execução da Correição pela autoridade competente e por comissões específicas. As unidades executoras permanecem responsáveis pelos controles primários de seus processos.

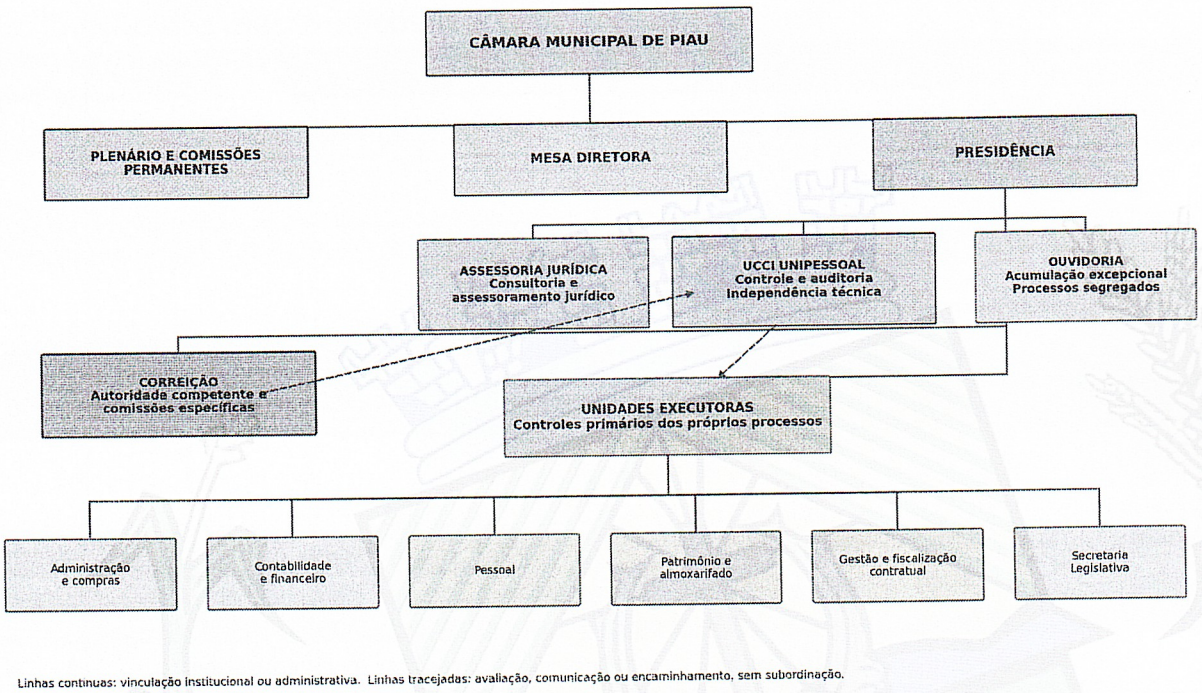


Figura 1 Organograma institucional e funcional da Câmara Municipal de Piau

4 Estrutura nominal e funcional

Função	Responsável	Vínculo e condução
Controladora Interna e responsável pela UCCI	Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira	cargo efetivo, estabilidade e designação pela Portaria nº 05/2025
Responsável pela Ouvidoria	Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira	acumulação excepcional estabelecida pela Portaria nº 03/2026, sujeita a avaliação anual
Autoridade correctional	Presidência ou autoridade definida na legislação local	não se transfere à Controladora

Função	Responsável	Vínculo e condução
Comissões de sindicância e PAD	agentes designados para cada procedimento	sem impedimento, suspeição ou participação no fato
Apoio especializado	agente ou profissional definido pela Presidência quando necessário	apoio técnico sem transferência da competência e da independência da UCCI

5 Distribuição das macrofunções

Macrofunção	Forma de execução	Salvaguarda
Controladoria	UCCI coordena o SCI, riscos, orientações, avaliações, recomendações e monitoramento	não executa compras, pagamentos, contabilidade, folha, patrimônio ou atos que controlará
Auditoria governamental	UCCI realiza trabalhos planejados e extraordinários com escopo, critérios, evidências e contraditório técnico	impedimento em ato próprio e avaliação independente dos controles da Ouvidoria
Ouvidoria	Controladora recebe, registra, classifica, encaminha, acompanha e comunica a resposta	dossiê próprio; não investiga, instrui, julga, pune ou audita seus próprios atos
Correição	autoridade competente e comissões aplicam a legislação disciplinar	Controladora pode comunicar irregularidades e avaliar causas sistêmicas, mas não conduz a apuração do mesmo fato

6 Segregação de processos e documentos

Elemento	UCCI e auditoria	Ouvidoria
Protocolo	numeração própria de trabalhos e recomendações	numeração própria de manifestações
Pasta e acesso	papéis de trabalho e evidências de auditoria	dados do manifestante e tramitação com acesso restrito
Relatório annual	resultado do plano de controle e auditoria	dados agregados, causas recorrentes e melhorias
Comunicação	unidade examinada, Presidência e órgãos competentes	usuário, unidade responsável e autoridade competente
Retenção e proteção	conforme classificação e finalidade do trabalho	proteção da identidade, LAI e LGPD
Avaliação	realizada pela Controladora nos objetos sem impedimento	controles avaliados por agente ou apoio independente quando necessário

7 Rotas de impedimento

Situação	Encaminhamento obrigatório
Manifestação sobre a Controladora, a UCCI ou ato por ela executado	Presidência, sem análise de mérito pela responsável
Manifestação sobre o Presidente	Mesa Diretora, excluído eventual envolvido
Conflito, interesse pessoal ou participação anterior	declaração de impedimento e abstenção de acesso e tratamento
Auditoria dos controles da Ouvidoria exercida pela própria Controladora	agente sem impedimento, apoio técnico independente ou órgão competente
Notícia de infração functional	autoridade competente para admissibilidade e eventual comissão
Matéria contábil, tecnológica, engenharia ou especialidade indisponível	apoio técnico específico assegurado pela Presidência

8 Matriz de segregação das unidades executoras

Processo	Execução	Controle e avaliação
Compras e contratações	agentes e setor designados	UCCI por risco e amostragem
Empenho, liquidação e pagamento	contabilidade, financeiro e autoridades competentes	UCCI
Folha de pagamento	pessoal e contabilidade	UCCI
Patrimônio e almoxarifado	responsáveis designados	UCCI
Gestão e fiscalização contratual	gestor e fiscais do contrato	UCCI por risco e amostragem
Transparência	setores produtores e responsável pela publicação	UCCI verifica conformidade
Processo legislative	Secretaria Legislativa e órgãos regimentais	UCCI quanto aos controles administrativos e formais previstos no plano
Ouvidoria	responsável designada, em processo próprio	avaliação independente quando houver risco de autorrevisão
Sindicância e PAD	autoridade e comissão designada	controle de legalidade e causas sistêmicas sem acumulação no mesmo fato

9 Garantias materiais e institucionais

- acesso tempestivo a processos, documentos, sistemas e dependências;

- comunicação direta com Presidência, Mesa, Plenário e órgãos de controle nos limites de competência;
- autonomia técnica para escopos, testes, conclusões e recomendações;
- recursos tecnológicos, arquivo protegido, capacitação e tempo de trabalho;
- apoio especializado quando necessário;
- proteção contra interferências, retaliações e restrições injustificadas;
- avaliação anual da capacidade, riscos e compatibilidade da acumulação com a Ouvidoria.

10 Critérios para revisão da estrutura

A Presidência deverá separar a Ouvidoria da UCCI ou ampliar o apoio quando for constatada qualquer das seguintes situações:

- conflito recorrente ou risco à confidencialidade e à independência;
- aumento relevante do volume de manifestações;
- atraso no plano anual ou impossibilidade de avaliar controles;
- excesso de recomendações pendentes ou aumento da complexidade institucional.

Indicador	Sinal de revisão
Plano anual da UCCI	ações relevantes reiteradamente não executadas por falta de capacidade
Ouvidoria	prazos não cumpridos ou volume incompatível com a acumulação
Impedimentos	repetição de casos encaminhados por conflito
Auditorias	objetos relevantes sem cobertura por insuficiência de horas
Especialidades	dependência frequente de conhecimento não disponível
Independência	interferência, autorrevisão ou concentração de funções

11 Evidências da estrutura efetiva

- Portaria regulamentadora publicada e termo de aceite;
- organograma funcional e matriz de responsabilidades;
- registros de solicitações e respostas;
- PACI, PAAI, matriz de riscos e papéis de trabalho;
- relatórios e recomendações da UCCI;
- protocolo, pasta, controles de acesso e relatório anual próprios da Ouvidoria;
- atos de instauração e designação de comissões correcionais, quando houver;
- registros de impedimento e soluções independentes;
- certificados de capacitação e avaliação anual da suficiência da estrutura.

12 Conclusão e encaminhamento

A presente estrutura funcional integra a Portaria nº 03/2026 como Anexo I e deverá ser observada na organização e no funcionamento da UCCI.

O modelo é proporcional ao porte da Câmara e preserva as garantias do controle porque:

- mantém a independência técnica da UCCI;
- atribui os controles primários às unidades executoras;
- assegura o funcionamento da Ouvidoria com salvaguardas;
- impede a concentração de funções correcionais e a auditoria de atos próprios pela Controladora.

ANEXO II À PORTARIA Nº 03/2026

Plano de Implantação e Estruturação da UCCI do Poder Legislativo de Piau – MG

Identificação	Conteúdo
Órgão	Câmara Municipal de Piau MG
Unidade	Unidade Central do Sistema de Controle Interno
Modelo	Estrutura unipessoal
Responsável	Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira - Controladora Interna
Período de implantação	até 30 de setembro de 2026
Ato operacional de referência	Portaria nº 03/2026 - regulamentação da UCCI e designação excepcional para a Ouvidoria
Etapa seguinte	Estabilização, elaboração de manuais disciplinadores das 4 macrofunções e preparação do ciclo de auditorias de 2027

PIAU MG
2026

1 Finalidade

Este Plano, aprovado como Anexo II da Portaria nº 03/2026, organiza a implantação progressiva e comprovável da Unidade Central do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Piau, em estrutura unipessoal. Considera integralmente a referida Portaria, que regulamenta o funcionamento da UCCI, integra as unidades executoras ao Sistema de Controle Interno e designa, em caráter excepcional, a Controladora Interna como responsável pela Ouvidoria.

A implantação compreende estrutura normativa, acesso a informações, segregação de funções, planejamento baseado em riscos, metodologia de auditoria, documentação, capacitação, funcionamento separado da Ouvidoria e definição da interface com a Correição. O encerramento da fase estruturante, programado para 30 de setembro de 2026, não encerra o controle interno: inaugura a rotina consolidada e a preparação das auditorias planejadas para 2027.

2 Base normativa e atos estruturantes

- Constituição da República, arts. 31, 37, 70 e 74;
- Lei Municipal nº 228, de 26 de janeiro de 2017;
- Resolução nº 155/2025, que criou o cargo efetivo de Controlador Interno e definiu atribuições;
- Portaria nº 05/2025, que designou Ana Paula Gomes Ferreira de Oliveira para o Controle Interno;
- Portaria nº 03/2026, que regulamenta a UCCI e designa a Controladora como responsável excepcional pela Ouvidoria;
- Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 4.320/1964 e Lei nº 14.133/2021;
- Leis nº 12.527/2011, nº 13.460/2017 e nº 13.709/2018;
- Lei Complementar Estadual nº 102/2008 e Decisão Normativa TCEMG nº 02/2016;
- manuais, instruções normativas, orientações técnicas, PACI, PAAI, matriz de riscos e checklists internos.

A Portaria operacional não cria cargo, vantagem ou nova unidade administrativa. Ela apenas disciplina o funcionamento de estruturas já amparadas legalmente.

3 Arquitetura institucional implantada

Componente	Responsabilidade	Salvaguarda
Presidência	assegurar estrutura, acesso, apoio, decidir providências e avaliar anualmente a suficiência do modelo	não interfere em escopos, testes, conclusões ou recomendações técnicas
UCCI unipessoal	coordenar o SCI, avaliar controles, planejar trabalhos, auditar, recomendar e monitorar	não executa atos administrativos que depois controlará
Unidades executoras	executar e documentar controles de primeira linha em seus processos	a atuação da UCCI não substitui a responsabilidade do gestor

Componente	Responsabilidade	Salvaguarda
Ouvidoria	receber, classificar, encaminhar, acompanhar e responder manifestações	processos, numeração, arquivo, acesso e relatório separados da auditoria
Correição	autoridade competente e comissões realizam admissibilidade, instrução, julgamento e sanção	a Controladora não investiga, instrui, julga nem audita o mesmo fato
Mesa Diretora Plenário e comissões	receber comunicações e exercer competências regimentais e políticas	não integram a cadeia administrativa das unidades executoras

4 Regras obrigatórias decorrentes da Portaria

- vinculação administrativa e institucional direta da UCCI à Presidência, com independência técnica;
- acesso tempestivo aos documentos, sistemas, registros e dependências necessários;
- planejamento anual por risco, materialidade, relevância, criticidade e capacidade operacional;
- manifestação da unidade examinada antes da conclusão dos trabalhos, quando cabível;
- recomendações com critério, risco, responsável, prazo e evidência de implementação;
- declaração formal de impedimento e solução independente quando houver autorrevisão ou conflito;
- processos e relatórios da Ouvidoria separados daqueles da UCCI;
- resposta final da Ouvidoria em até 30 dias, prorrogável uma vez por igual período;
- resposta das unidades à Ouvidoria em até 20 dias, prorrogável uma vez, mediante justificativa;
- avaliação anual da acumulação UCCI e Ouvidoria e separação quando houver prejuízo à independência ou à capacidade.

5 Cronograma geral

Período	Fase	Resultado
08 a 31 dez. 2025	Instituição e diagnóstico	Houve a designação e estudos iniciais
jan. a set. 2026	Estruturação, segregação , capacitação e padronização de rotinas e funções	Definições de responsabilidades, acessos, impedimentos e fluxos prioritários; Formação e estudos para validação da metodologia; Elaboração dos manuais, checklists de rotinas, papéis de trabalho
01 a 30 set. 2026	Consolidação conforme Portaria	regulamentação operacional finalizada.
out. a dez. 2026	Estabilização	Elaboração do PACI e PAAI 2027 e Plano de Capacitação 2027, programas de auditoria e relatórios separados da Ouvidoria
a partir de jan. 2027	Ciclo planejado	execução das auditorias previstas no PAAI 2027, execução do Plano de Capacitação 2027, e atualização normativa mediante estudos de necessidade.

6 Funcionamento das quatro macrofunções

Macrofunção	Execução no modelo implantado	Limite de atuação
Controladoria	UCCI coordena o SCI, riscos, orientação, avaliação, recomendações e monitoramento	não assume gestão ou decisão operacional
Auditoria governamental	UCCI executa trabalhos planejados e extraordinários com papéis de trabalho	não audita ato próprio ou atividade de Ouvidoria praticada pela Controladora
Ouvidoria	Ana Paula responde excepcionalmente pelo recebimento, análise formal, encaminhamento, acompanhamento e resposta	não investiga, instrui, julga, pune ou decide denúncia sobre si, UCCI ou Presidência
Correição	Presidência e comissões competentes conduzem admissibilidade, sindicância e PAD conforme legislação local	UCCI pode comunicar falhas e avaliar causas sistêmicas, sem conduzir a apuração do mesmo fato

7 Fluxo próprio da Ouvidoria

- receber e protocolar a manifestação em registro próprio;
- classificar a manifestação e proteger os dados do usuário;
- solicitar complementação somente quando indispensável;
- encaminhar à unidade ou autoridade competente;
- controlar o prazo de resposta e eventual prorrogação motivada;
- comunicar a decisão administrativa final ao usuário;
- arquivar em pasta própria e registrar o encerramento;
- produzir relatório anual separado do Relatório Anual de Controle Interno.

Manifestações sobre atos da Controladora, da UCCI ou da própria Ouvidoria serão encaminhadas à Presidência sem análise de mérito. Manifestações sobre a Presidência serão dirigidas à Mesa Diretora, excluído eventual envolvido. A Controladora declarará impedimento em qualquer hipótese de interesse, participação anterior ou risco à imparcialidade.

8 Preparação do ciclo de auditoria 2027

Ação	Prazo	Produto
Atualizar universo auditável e matriz de riscos	outubro de 2026	matriz de priorização
Definir escopo, critérios, amostras e horas	outubro e novembro	programas de auditoria
Compatibilizar PACI, PAAI e capacidade unipessoal	Novembro	cronograma operacional
Formalizar o planejamento de 2027	até dezembro	PACI e PAAI aprovados ou recepcionados

Ação	Prazo	Produto
Organizar pastas, numeração e comunicações	Dezembro	kit de auditoria 2027
Planejar relatório anual da Ouvidoria separado	Dezembro	modelo e base estatística propria

9 Encerramento e aprovação

O presente Plano integra a Portaria nº 03/2026 como Anexo II. Em 30 de setembro de 2026, registrar-se-á a conclusão da fase de implantação e estruturação nele prevista, ressalvadas as pendências discriminadas no Relatório Final. A UCCI passa à rotina consolidada; a Ouvidoria funciona com registros separados; a Correição permanece com as autoridades e comissões competentes; e a preparação das auditorias de 2027 continua entre outubro e dezembro de 2026.